

O movimento social das pessoas com deficiência visual: um relato de experiência docente na EJA/Florianópolis

Thayse da Rosa
Mauren Vieira Benincá¹

Resumo: O presente artigo apresenta o relato sobre como foi implementado o projeto de oficina de História sobre o movimento social de pessoas com deficiência visual no núcleo centro III da EJA/Florianópolis, localizado no bairro Saco Grande. O objetivo desse artigo consiste na contribuição bibliográfica e o incentivo acadêmico para o campo da ciência da educação que tange aos estudos de acessibilidade, sociabilidade e diversidade do espaço escolar, em especial o respeito às pessoas com deficiência e seu reconhecimento como parte integrante e essencial da sociedade brasileira. O combate ao preconceito e a intolerância começa com a informação e desmistificação de senso comuns, portanto acreditamos que a oficina realizada, e fundamentada em escritos de autores acadêmicos e militantes do movimento social das pessoas com deficiência visual, é de extrema importância para a contribuição do espaço escolar que celebra a diversidade. Após a realização da oficina, perceberam-se a reflexão dos alunos acerca do tema proposto e a dinâmica realizada teve grande participação e empenho de todos. Constatou-se então o quanto é necessário o debate sobre os movimentos sociais de todas as reivindicações, especialmente no momento sociopolítico que o Brasil se encontra, e o papel fundamental que a História tem neste debate da sociedade.

Palavras-chaves: Estágio Supervisionado de História; Educação de Jovens e Adultos; Ensino de História na EJA; Movimento de Pessoas com Deficiência Visual.

Introdução

Este artigo tem como objetivo contribuir para a produção bibliográfica e a pesquisa acadêmica acerca de um tema tão importante para o campo da ciência da educação que é a acessibilidade holística das pessoas com deficiência aos espaços de sociabilidade, cidadania e educação. Através do relato de uma experiência docente com os alunos da EJA/Florianópolis, propomos uma reflexão acerca do movimento social das pessoas com deficiência, a deficiência visual em específico, bem como sobre a educação de jovens e adultos, a diversidade e acessibilidade no espaço escolar. A contribuição do ensino de história também

¹ Acadêmicas do curso de graduação em História (noturno) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

é o principal tema deste artigo, já que a experiência docente e oficina se baseiam na nossa disciplina norteadora, portanto é inerente a reflexão sobre o potencial formativo que a disciplina de história carrega em si, se apresentando como a essencial e necessária ferramenta para que os alunos possam compreender e entender - criticamente - a sociedade em que estão inseridos. Estes diálogos e reflexões inseridas no contexto cotidiano do ambiente escolar contribuem para formação humana dos alunos.

As disciplinas de Estágio Supervisionado de História I e II, do curso de graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina, durante o ano de 2018, foram realizadas no núcleo do centro III da Educação de Jovens e Adultos² do município de Florianópolis, sediado na Escola Básica Municipal Donícia Maria da Costa, no bairro Saco Grande, e nos deram a oportunidade de valor imensurável de observar e trabalhar em contato direto com o professor da disciplina de Geografia, o qual chamaremos de T. para preservar sua identidade, uma pessoa com deficiência visual³ e um dos educadores mais ativos da EJA no núcleo III.

Durante o ano letivo, comparecemos ao núcleo semanalmente, realizando observações e investigações relativas à cultura e ao cotidiano escolar, orientando os estudantes da EJA na elaboração de suas pesquisas e auxiliando os professores em suas atividades com as turmas. Com a orientação da professora Joana Vieira Borges na UFSC, sob a supervisão coordenadora do núcleo, a professora Rosemar Ucha Peres, e com o auxílio dos demais professores/as da escola, procuramos compreender a proposta e o trabalho realizado na EJA/Florianópolis, o funcionamento do núcleo, e as diferentes etapas do desenvolvimento das pesquisas dos/as alunos/as. Esses momentos foram cruciais para a criação do nosso projeto de ensino desenvolvido na escola no mês de agosto, intitulado “O movimento social e político das pessoas com deficiência visual: acessibilidade e inclusão no ambiente escolar.” Pois além de ser um dos pilares deste artigo, inspiração para o estudo e realização da oficina, o contato com o professor T. proporcionou diversos reflexos nas relações interpessoais e nas problemáticas de pesquisa escolhidas pelos alunos, dentre as quais uma pesquisa específica da turma I, que se intitulava “O cego sonha?”.

²A EJA Florianópolis tem como princípio educativo norteador de seus trabalhos o “ensinar pela pesquisa”, uma proposta que busca estimular os alunos a pensar na vida e na realidade; a formular perguntas; a saber, pesquisar; a ouvir; a falar; a debater; a produzir sempre; a ter iniciativa, a trabalhar em grupo, a escrever a partir de seus próprios pensamentos; a socializar o que aprendeu; a sentir-se responsável pelo seu presente e futuro. (Cf. RIOS; SBRAVATI; CORD, 2008).

³“A Declaração de Salamanca preconiza a expressão “pessoas com deficiência”, com a qual os valores agregados às pessoas com deficiência passaram a ser o do empoderamento (uso do poder pessoal para fazer escolhas, tomar decisões e assumir o controle da situação de cada um) e o da responsabilidade de contribuir com seus talentos para mudar a sociedade rumo à inclusão de todas as pessoas, com ou sem deficiência.” (Cf. SASSAKI, 2010).

Inspiradas por essa relação, decidimos propor uma reflexão acerca dos conceitos históricos e sociais da luta movimento das pessoas com deficiência visual na sociedade, discutindo suas mudanças e permanências, bem como suas relações com o atual contexto sociopolítico brasileiro (relações passado-presente)⁴. Ou seja, promovendo um debate junto aos estudantes da EJA também sobre as características desses movimentos, pautas de reivindicação, estratégias de luta e conquistas. Tivemos como pretensão de elucidar e promover o respeito à diversidade humana e, especialmente, discutir sobre acessibilidade e inclusão das pessoas com deficiência visual no ambiente escolar.

Oficina de História na EJA/Florianópolis

As diretrizes curriculares que regem a educação no município de Florianópolis determinam como concepção fundamental da Educação Básica o reconhecimento de que os alunos/as, ao se instalarem na comunidade escolar, têm o direito de desenvolver suas múltiplas dimensões, construindo valores e conceitos que possibilitem a construção de saberes e a produção do conhecimento, bem como conviver harmoniosamente com a diversidade. Também endossam a promoção de saberes que possibilitem a autonomia de instrumentos, técnicas, assegurando respostas para as mobilizações a favor de demandas sociais, construindo o saber crítico da realidade na qual estão inseridos, seu próprio tempo e lugar histórico e arquitetando a sua cidadania (Cf. PMF, 2015, p. 10). O ensino de história está intimamente ligado ao desenvolvimento do saber crítico dos sujeitos.

De acordo com Sônia Regina Miranda (2003, p. 301-323), o desenvolvimento da sensibilidade e da capacidade de apreensão crítica dos alunos acerca do saber histórico possibilita a construção de uma sociedade mais informada e reflexiva. A compreensão do tempo histórico que vivemos e a complexa rede de processos sociais, culturais e políticos que o compõem permite a ruptura com padrões de opressões, em todos os âmbitos. Portanto, é de primordial relevância o debate que a historicidade preconiza, com o trabalho da elucidação de temas como, por exemplo, o movimento social e político dos deficientes, para que possamos ter uma comunidade escolar empática e que celebre a diversidade, não permitindo exclusões e retrocessos.

Com base nas observações que realizamos durante o primeiro mês de participação nas atividades do núcleo EJA Centro III, percebemos que as temáticas das pesquisas dos

⁴ Em conjunto com os demais estagiários da turma de Estágio Supervisionado de História do semestre 2018.1, apresentamos ao núcleo projetos de ensino que problematizavam diferentes movimentos sociais, com o objetivo de propor uma reflexão que os historicizassem, discutindo mudanças e permanências, bem como suas relações com o atual contexto sociopolítico brasileiro.

estudantes estavam diretamente ligadas às vivências, experiências e cotidiano desses jovens e adultos. Para um grupo, a curiosidade foi direcionada às pessoas cegas: “Como sonham cegos sonham?“, perguntavam-se. Esse interesse dos alunos estava relacionado ao envolvimento dos mesmos com o professor T. A atuação do professor nos impressionou pela sua prática em sala de aula e sensibilidade em lidar com a turma, que o respeitava. O fato de a escola ser vizinha da Associação Catarinense para Integração do Cego (ACIC) também foi um fator que nos aproximou do tema, pela convivência da comunidade escolar com esse espaço tão específico.

Quando a professora-orientadora Joana nos informou a respeito da demanda do núcleo para que discutíssemos a atuação de diferentes movimentos sociais e suas trajetórias históricas, pensamos em organizações que tivessem relação com os temas de interesse dos estudantes e também dialogasse com o cotidiano escolar do núcleo. Nesse sentido, selecionamos um movimento pouco estudado⁵, mas não menos importante, que é o movimento de pessoas com deficiência visual.

Acreditamos na relevância de refletirmos sobre os movimentos sociais e políticos existentes na defesa e manutenção dos direitos dessa parte da população, que hoje chega a representar 6,5 milhões de brasileiros deficientes visuais, sendo que destes, aproximadamente 500 mil são completamente cegos, e 6 milhões possuem baixa visão ou visão subnormal (grande e/ou permanente dificuldade de enxergar)⁶.

De acordo com Maria Glória Gohn:

A relação movimento social e educação existe a partir das ações práticas de movimentos e grupos sociais. Ocorre de duas formas: na interação dos movimentos em contato com instituições educacionais, e no interior do próprio movimento social, dado o caráter educativo de suas ações. [...] é preciso demarcar nosso entendimento sobre o que são movimentos sociais. Nós os encaramos como ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam formas distintas de a população se organizar e expressar suas demandas. Na ação concreta, essas formas adotam diferentes estratégias que variam da simples denúncia, passando pela pressão direta (mobilizações, marchas, concentrações, passeatas, distúrbios à ordem constituída, atos de desobediência civil, negociações etc.) até as pressões

⁵Em 2010 a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República lançou um livro e um documentário, intitulados “História do movimento político das pessoas com deficiência”, que tratam da trajetória histórica deste movimento na luta pelos direitos das pessoas com deficiência no país. Os dados para a contextualização do movimento que foram utilizados neste projeto de ensino foram também extraídos dessas produções. (LANNA JUNIOR, 2010)

⁶Dados IBGE 2010. Disponível em: <http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/publicacoes/cartilha-censo-2010-pessoas-com-deficiencia-reduzido.pdf>. Acesso em: 05 de maio de 2018.

indiretas. Na atualidade, os principais movimentos sociais atuam por meio de redes sociais, locais, regionais, nacionais e internacionais ou transnacionais, e utilizam-se muito dos novos meios de comunicação e informação, como a internet. Por isso, exercitam o que Habermas denominou de o agir comunicativo. A criação e o desenvolvimento de novos saberes, na atualidade, são também produtos dessa comunicabilidade.” (GOHN, 2011, p. 354)

Considerando a definição da autora, abordamos o movimento social das pessoas com deficiência visual, seus debates sobre a educação, e suas conquistas para a inclusão e acessibilidade no espaço escolar. Discutimos com os/as alunos/as sobre essa questão tão presente em nosso cotidiano, ressaltando sua importância para a construção de práticas para a promoção da diversidade e o respeito às diferenças.

Atualmente no Brasil é cada vez mais necessário lutar e trabalhar para que os movimentos sociais não sejam erroneamente interpretados; marginalizados ou criminalizados. Devemos, portanto, entender a necessidade de pleiteamos direitos e políticas públicas inclusivas, ter a consciência de que estes são conquistados através de muita dedicação e empenho da sociedade em conjunto, e podem ser revogados, caso outros interesses entrem em cena. Nenhum direito conquistado está necessariamente garantido.

Assim como Gohn (2011), entendemos ser de extrema importância canalizar o fácil acesso que temos hoje às informações para nos auxiliarem na participação ativa que devemos ter nos debates públicos, colocando nossas demandas, construindo e compartilhando coletivamente os saberes, com o intuito de fortalecermos os diálogos democráticos e uma sociedade mais justa e igualitária. Acreditamos que esse debate deve ter espaço tanto no ambiente familiar, no círculo de amigos, quanto no ambiente escolar; na comunidade formada por alunos, professores e servidores.

Nesse cenário temos o ensino de História e seu papel essencial no desenvolvimento de habilidades e capacidades formadoras para a discussão sobre a diversidade e inclusão dos múltiplos sujeitos existentes no ambiente escolar contemporâneo. Assim, no que toca a História e seu ensino, destaca-se que:

Para saber “ler” a informação, debater e selecionar mensagens de forma crítica, é preciso saber interpretar fontes, analisar e selecionar pontos de vista, comunicar - sob diversas formas, apostar em metodologias que envolvam os alunos no ato de pensar historicamente.” (BARCA, 2007 p.5)

Dessa forma, pensar historicamente e desenvolver uma consciência histórica apresentam-se como necessidade frente à complexidade das relações existentes na sociedade, desde a diversidade e pluralidade sociocultural, o mercado de trabalho, o excesso de

informações midiáticas, a sociedade de consumo, e outros. Dessa forma, Charlot (2000, p. 36) ressalta que pensar historicamente é conferir a ela o seu notório status de problematizadora de questões contemporâneas via dialética com o passado histórico, que por sua vez, deixa de ser compreendido como um mero depósito de respostas ao presente, mas como um “lugar” em movimento, que também pode ser ressignificado pelas operações intelectuais e domínios conceituais críticos.

Assim, o nosso projeto de ensino elaborado durante o ano de estágio supervisionado em História teve sua realização em duas etapas. Na primeira etapa, pretendemos chamar a atenção dos alunos para os termos pejorativos pelos quais a comunidade cega é chamada. Este tópico nos foi solicitado pelo professor T., para o qual a sua relevância começa no momento que a sociedade em geral estigmatiza a pessoa com deficiência através dos termos diminutivos, infantilizados e até preconceituosas. Apresentamos então o termo “pessoa com deficiência visual” como o mais indicado pelos estudiosos e militantes do movimento social nos dias de hoje, e aquele que reconhece o espectro pessoal do ser humano, não o limitando à sua deficiência, pois, como nos foi esclarecido, a pessoa com deficiência é apresentada assim quando está inserida no âmbito público da sociedade, já que no seu âmbito íntimo essa segregação não ocorre.⁷

No decorrer da apresentação expositiva e dialogada construímos com os alunos o conceito de movimento social como um grupo de pessoas que por meio de pautas específicas pelas quais almejam reconhecimento, inclusão, garantias, melhorias e direitos coletivos, e que elaboram estratégias de reivindicação e resistência de acordo com os contextos que se apresentam na sociedade e que possuem uma historicidade.

Logo após, apresentamos uma linha do tempo que caracterizava a formação de movimento das pessoas com deficiência visual, destacando algumas interpretações e representações sobre a presença dessas pessoas ao longo das civilizações “clássicas” para a história escolar, ou seja, desde a Pré-História, passando pelo Egito Antigo, Grécia, Roma, Idade Média, Séc. XVI até o Séc. XXI.

Toda a abordagem do conteúdo foi elaborada considerando nossas observações ao longo do primeiro semestre, durante a elaboração do projeto de Ensino, para os alunos do segundo segmento da EJA do núcleo centro III de Florianópolis, que na ocasião não eram pessoas com deficiência visual, mas que possuíam seus limites pessoais de identificação com o objeto de estudo histórico proposto pela oficina. Como aponta Larrosa (2002, p. 21), “(...)

⁷ Excluído de âmbito íntimo o ambiente familiar, já que é reconhecido que a exclusão ocorre também neste espaço.

a informação não é experiência. [...] ela é quase o contrário da experiência”. Portanto, o desafio de proporcionar a experiência aos alunos através de uma dinâmica baseada nos aspectos sensoriais da deficiência visual se mostrou significativa na medida em que foi possível unir a informação a certo grau de contato com a realidade de uma pessoa com deficiência visual, estimulando a sensibilidade e a empatia.

Oficina de Ensino de História na EJA/Florianópolis - O Movimento Social de Pessoas com Deficiência Visual

No intuito de debatermos com os alunos da EJA/Florianópolis o tema do movimento social das pessoas com deficiência social, propomos ao núcleo uma oficina temática, que foi realizada no auditório do núcleo Centro EJA III, no dia vinte quatro de agosto de 2018, das 19:00 horas às 21:30, com um intervalo para a merenda de 20 minutos, entre 20:00 e 20:20 horas.

Para a elaboração da oficina, realizamos a leitura de textos de Maria Farias Viana (VIANA, 2016)⁸ e Valdirene Stiegler Simão (SIMÃO, 2010) acerca da importância do ensino de História para as pessoas com deficiência visual e de estratégias para a abordagem dos temas curriculares da disciplina. Também consideramos a Cartilha Nacional do Ministério da Educação sobre o atendimento educacional especializado para alunos com deficiência visual (SÁ; CAMPOS; SILVA, 2007), e as instruções do projeto #ParaTodosVerem/#PraCegoVer, uma iniciativa da professora Patrícia Braile amplamente difundida na internet e nas mídias sociais.

Assim, em questões pedagógicas e historiográficas, o uso de imagens se mostra eficiente na viabilização da interpretação da história em determinados períodos ou épocas, com riqueza de informações e detalhes, sendo, portanto, uma excelente fonte de pesquisa para o ensino de história na atualidade. As fontes imagéticas podem também colaborar para o desenvolvimento do imaginário popular sobre história.

A utilização de linguagens diferenciadas pode levar o aluno a um processo de aprendizagem mais interativo e que lhe dê condições de se posicionar criticamente frente a questões e problemas que a sociedade traz. Atualmente, o uso de imagens é uma das formas mais utilizadas no ensino de história escolar, tanto como recurso pedagógico para incrementar o processo de aprendizagem (LITZ, 2009) quanto como fonte histórica para análise. Como sabemos, a imagem não é o acontecimento real mais a interpretação dele.

Portanto, o trabalho com a imagem na sala de aula é importante para a desconstrução de determinadas concepções cristalizadas a respeito do passado. A utilização da imagem na sala de aula é uma forma do professor estimular o aluno para o conhecimento histórico, de estimular suas lembranças e referências sobre o passado e, dessa maneira, proporcionar o ensino em sua dimensão mais significativa em relação às suas curiosidades, e que ao mesmo tempo o habilite à crítica da realidade que o cerca.

Com uma proposta analítica e questionadora a respeito das imagens em sala de aula, conforme descrevem Schmidt e Cainelli (SCHMIDT; CAINELLI, 2014), o aluno terá um contato mais próximo de sua realidade dentro do ambiente escolar e também um contato maior - que nem sempre se faz possível na vida cotidiana - com o amplo leque de diversidade humana existente na sociedade, reduzindo a distância de sua experiência com o “outro” no mundo e as outras experiências descritas no discurso didático

Dessa forma, utilizamos a proposta de descrição de imagens da professora Patrícia Braille para a confecção da oficina, e para a qual o intuito da utilização da hashtag #ParaTodosVerem é promover a inclusão da pessoa com deficiência em todos os âmbitos por meio da descrição das imagens, incluindo as redes sociais. Portanto, adaptamos a ideia da professora com o objetivo de instigá-los a compreender a importância da inclusão e da acessibilidade, tanto em suas próprias redes sociais como na socialização de suas pesquisas (confecção de cartazes e slides) através de uma atividade que os desafiava a descrever o que viam por meio de palavras, e a construir imagens mentais a partir de descrições auditivas.

Para isso preparamos um roteiro com perguntas que os ajudassem na construção escrita da descrição de imagens que eram exibidas em slides por meio de projetor. Essas perguntas foram baseadas na proposta da própria autora da hashtag #ParaTodosVerem:

Perguntas para a descrição da imagem #ParaTodosVerem

- A) Qual é o tipo da imagem ? Uma foto? Uma pintura? Um desenho? Etc.
- B) Essa imagem é colorida? Se sim, quais são as cores que ela contém? Tem alguma cor mais forte?
- C) É uma paisagem?
- D) Tem pessoas? O que elas estão fazendo?
- E) Quais objetos aparecem na imagem? Como estão sendo utilizados?
- F) O que mais chama sua atenção na imagem?

2) Agora descreva abaixo essa imagem utilizando as respostas acima!

Figura 1	Figura 2
----------	----------

Lauda com as perguntas para a descrição da imagem

Com o auxílio de *slides* e de um projetor, exibimos três imagens de propagandas nacionais, onde constavam as descrições das imagens, juntamente com a *hashtag* #PraCegoVer e #ParaTodosVerem que serviram como exemplos de descrição. Após esses exemplos, exibimos duas imagens para que os alunos descrevessem com a ajuda do roteiro, e seguindo o exemplo exposto.



Imagem 1



Imagem 2

Foi nesta etapa da oficina que nos deparamos com algumas dificuldades dos alunos em relação à realização da atividade. Nosso objetivo não era que os alunos respondessem às perguntas como um questionário, mas que as utilizassem como um caminho para elaboração da descrição detalhada da imagem selecionada, ou seja, um modo de fazê-los escrutinar a imagem visualizada e produzir uma *hashtag* bastante completa para a compreensão das pessoas com deficiência visual.

Sobre a avaliação da atividade, percebemos algumas situações. Em alguns casos, os alunos responderam apenas “sim” ou “não” para as questões, e em outros a descrição produzida trazia detalhes que não estavam presentes na imagem projetada para a atividade. O aluno M., por exemplo, escreveu que os personagens da primeira imagem estavam atravessando uma rua, e que na segunda imagem participavam de uma Copa (fazendo alusão ao campeonato de futebol).

A aluna R., depois de uma breve descrição da segunda imagem, comentou que mesmo que os personagens fossem cegos, estavam jogando futebol, e “que isso não impediu de fazerem aquilo que gostam”. Outra aluna, R., também depois de descrever a primeira imagem, disse que os dois personagens estavam felizes, pois um estava ajudando, e o outro estava sendo ajudado.

A aluna A. respondeu às perguntas, descreveu rapidamente a primeira imagem e escreveu que, um personagem estava sendo gentil com o outro, sem maiores detalhes a respeito dos elementos indicados no roteiro, como cores e objetos. Com isso percebemos que os alunos não apenas descreveram a imagem como também a interpretam. Os alunos apresentaram maior facilidade em interpretar de modo rápido o que veem, do que descrever.

Acreditamos que o ocorrido se fez pela falta de compreensão entre aquilo que proferimos e o que estava escrito no questionário. Mesmo explicando o que queríamos que eles respondessem, que utilizassem o questionário somente como exemplo de perguntas a serem feitas para a imagem, os alunos a utilizaram integralmente. Deveríamos também ter comentado que a imagem deveria ser descrita com o máximo de precisão e detalhes, pois o intuito é que uma pessoa com deficiência visual consiga compreender o que está sendo apresentado imageticamente.

Após essa primeira rodada de descrição de imagens, propomos aos alunos fazerem o caminho inverso: ouvir a áudio descrição de uma imagem e não somente imaginá-la, mas desenhá-la de modo a expor a sua compreensão para o grupo.



Imagem 3: Imagem utilizada na áudio-descrição

Nosso objetivo com essa ação era que os estudantes da EJA tivessem uma experiência próxima à vivenciada pelas pessoas com deficiência visual ao ouvir uma áudio-descrição.

A áudio descrição foi possibilitada pelo uso de alto falantes que, por meio de uma voz feminina, dava a seguinte descrição: “*No desenho, uma menina de cabelos loiros curtos usa óculos escuros, brincos, uma mochila amarela, blusa rosa, saia e sapatos azuis. Ela caminha usando uma bengala guia*”. Nessa etapa, todos os alunos compreenderam o exercício proposto e a executaram sem maiores dificuldades. Todos, sem exceção, desenharam a menina de modo próximo (de acordo com suas habilidades para o desenho) à ilustração que a áudio-descrição a apresentava.

Nesta etapa da oficina, não tivemos nenhum equívoco de interpretação ou problemas com a execução do mesmo. Ao final, todos entregaram o desenho que realizaram da menina,

conforme a descrição. Mesmo que não tenhamos disponibilizado lápis de cor, para que os alunos contemplassem a descrição das cores sugeridas - e não o disponibilizamos por conta da logística, e o tempo escasso e por que inclusive pelo fato de que os cegos não distinguem cores, por desejarmos oferecer uma experiência dinâmica o mais fidedigna possível da experiência sensorial de uma pessoa com deficiência visual - alguns alunos como B., por exemplo, colocaram com uma seta a cor que cada item do desenho deveria ter.

Conclusão

Tanto esse artigo, quanto a oficina sobre movimento social e político das pessoas com deficiência, teve como gatilho a nossa observação da prática docente do professor T. de Geografia da EJA/Florianópolis, núcleo Donícia. Apesar de toda a sua desenvoltura e carisma com os alunos, o professor T. é quase uma exceção: infelizmente ainda não possuímos tantos professores com deficiência visual inseridos na docência das escolas municipais de Florianópolis.

Deparamos-nos no decorrer da escrita deste artigo com inúmeras dificuldades de pesquisa, com a escassez de trabalhos a respeito da prática e saberes docentes de professores com deficiência visual. O professor T. foi a inspiração para a elaboração de nossa proposta de ensino para a EJA/Fpolis e para a escrita deste artigo.

Apesar das dificuldades encontradas pelos alunos em compreender parte do material didático por nós confeccionados, gerando um rigor dos alunos em responder objetivamente às perguntas do questionário sem se atentarem que o mesmo era apenas um guia para a elaboração de um parágrafo descritivo, acreditamos que o nosso objetivo foi alcançado: introduzir aos leitores uma maneira de incorporar a descrição de imagens durante suas produções escritas, sejam elas acadêmicas ou sociais, fazendo com que assim todos possam ter acesso aos conteúdos publicados. Queríamos também narrar a nossa experiência para que outros professores possam se apropriar, e utilizar em outros espaços.

Por mais que para incluir de fato uma pessoa com deficiência visual nas escolas demande muitos esforços, desde a parte da estrutura física das escolas, de materiais didáticos apropriados, até a formação de professores e da comunidade escolar no geral para a questão da diversidade, isso sem falar nas políticas educacionais, entendemos que a descrição de imagens em cartazes e comunicados escolares contribua, ainda que minimamente, tanto a inclusão e acessibilidade das pessoas com deficiência visual que fazem parte da comunidade

escolar, quanto o desenvolvimento de um olhar mais atento às imagens que nos cercam diariamente.

Referências Bibliográficas:

BARCA, Isabel. A educação histórica numa sociedade aberta. **Currículo sem fronteiras**, V. 7, n.1, jan./jun. 2007. Disponível em: <http://www.curriculosemfronteiras.org/articles.htm> Acesso em: 10 mai. 2018.

BRASIL. SECRETARIA NACIONAL DE PROMOÇÃO DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência: Decreto legislativo nº 186, de 09 de julho de 2008**. Brasília: 4º eds. Secretaria de Direitos Humanos, Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2011.

BRASIL. SECRETARIA NACIONAL DE PROMOÇÃO DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA. **História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil**. 2010. Disponível em: <http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/publicacoes/historia-do-movimento-politico-das-pessoas-com-deficiencia-no-brasil> . Acesso em: 22 abr. 2018.

CABRAL FILHO, Adilson Vaz; FERREIRA, Gildete. Movimentos sociais e protagonismo das pessoas com deficiência. **Ser Social**, Brasília, v. 15, n. 32, p.93-116, jan. 2013. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/13036> Acesso em: 10 mai. 2018.

CHARLOT, Bernard. **Da relação com o saber: elementos para uma teoria**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. **Diretrizes Curriculares para a Educação Básica da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis / SC**. Florianópolis: PMF, 2015.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Rev. Brasileira, de Educação**, vol.16, n. 47, p. 333-513, mai./ago., 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v16n47/v16n47a05.pdf> Acesso em: 10 mai. 2018.

LANNA JÚNIOR, Mário Cléber Martins. **O movimento político das Pessoas com Deficiência**. Disponível em: <http://www.bengalalegal.com/movimento-historia-pcd> . Acesso em: 10 mai. 2018.

LITZ, Valesca Giordano. **O Uso da Imagem no Ensino de História**. Caderno temático - Programa de Desenvolvimento Educacional do Estado do Paraná (PDE). Curitiba, UFPR 2009. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1402-6.pdf> Acesso em: 10 mai. 2018.

MACIEL, Maria Regina Cazzaniga. Portadores de deficiência: a questão da inclusão social. **São Paulo em Perspectiva**, [s.l.], v. 14, n. 2, p.51-56, jun. 2000. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392000000200008 Acesso em: 10 mai. 2018.

MIRANDA, Sônia Regina. O que significa educar para a compreensão da história? Um olhar a partir de um programa de avaliação educacional. **História & Ensino**, Londrina, v. 9, n. 9, p.301-323, out. 2003. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/histensino/article/view/12092> Acesso em: 10 mai. 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO. **Estrutura, Funcionamento, Fundamentação e Prática na Educação de Jovens e Adultos EJA - 2008**. Florianópolis: SME, 2008.

SÁ, Elizabeth; CAMPOS, Izilda; SILVA, Myriam. **Atendimento Educacional Especializado: Deficiência Visual**. SEEP/SED/MEC; Brasília, 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/ae_e_dv.pdf Acesso: 18 de maio de 2018.

SASSAKI, R.K. **Inclusão: Construindo uma sociedade para todos**, Rio de Janeiro, 8ª ed. RJ: WVA, 2010.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora; CAINELLI, Marlene. **Ensinar história**. São Paulo, Scipione, 2004.

SIMÃO, Valdirene Stiegler. Recursos e Estratégias para o Ensino de Pessoas com Cegueira e Baixa Visão. **Seminário de Capacitação dos professores da rede pública do município de Florianópolis**. Florianópolis: PMF, jul., 2010. Disponível em: http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/05_07_2010_14.19.40.f1e04ed09e4fcd73d246a08cccf694a6.pdf. Acesso: 18 de maio de 2018.

VIANA, M. F. **O ensino de História para deficientes visuais**. Artigo apresentado na ANPUH, Bahia, 2016. Disponível em: http://www.encontro2016.bahia.anpuh.org/resources/anais/49/1477695776_ARQUIVO_OensinodeHistoriaparadeficientesvisuais.pdf. Acesso em: 10 mai. 2018.